

## **Os anos 20 e 30 no Brasil e na Espanha: a ação dos intelectuais e os limites da modernização**

**Prof. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi Martins.**

No final do século XIX, em nações ditas “atrasadas” em relação às nações onde o capitalismo alcançou níveis de desenvolvimento capazes de levá-las à preponderância no controle das rotas de comércio e produção, articulou-se um profícuo debate sobre as condições possíveis de modernização. Podemos afirmar que, em função dos contrastes entre os altos níveis de pobreza e analfabetismo e as rápidas transformações estruturais congruentes com os avanços da Revolução Industrial, definiu-se, em nações como o Brasil e a Espanha, um certo nacionalismo intelectual que procurava inventariar a nação, levantando suas características naturais, morais e sociais. Tais estudos permitiram aos homens de cultura apontar para uma ação reformadora que colocaria o país à altura das nações modernas "no seu sentido amplo: a obtenção de estágios mais desenvolvidos de cultura, riqueza, instituições, organização social, poder, etc." <sup>1</sup>

Nesse contexto, o intelectual que inventariava a sociedade e suas representações políticas e culturais era, também, aquele que advogava em favor da sua transformação. Fenômeno que não se restringia ao Brasil, ao contrário, parece ser característico de "sociedades arcaicas"<sup>2</sup> nas quais os avanços da Revolução Industrial e o crescimento das teorias de superioridade racial decorrentes da vulgarização da teoria darwinista, colocavam para os intelectuais do período a urgência da defesa nacional e da estruturação e modernização do Estado nacional.

Revisitar e reinterpretar o passado, diagnosticar os males do presente cuja origem encontrar-se-ia naquela visita, redefinir o papel do intelectual e conceituar a nação com base na sua história recontada, eis os elementos que compunham o caldo do debate político-cultural tributário da experiência do século XIX e que se estabeleceu na Espanha e no Brasil do início do século XX. Em primeiro lugar, cabe refletir sobre quais seriam os anos de inflexão para o debate cultural sobre a constituição e o futuro da nação nos dois países.

### **A Espanha e as marcas do colonialismo**

---

<sup>1</sup> Luiz G. PIVA, *Semeadores e ladrilhadors*, S. P.: Editora 34, 2000, p 19.

<sup>2</sup> Nicolau SEVCENKO, *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. S. P.: Brasiliense, 1999, p. 81.

O século XIX é um período crucial na História da Península Ibérica. As conjunturas europeias que marcaram o fim do Antigo Regime, trouxeram, ainda, a dramática perda das colônias. Não se trata apenas de observar as condições da passagem do Antigo para o Novo Regime: o século XIX é o século da desorganização do Antigo Regime num sentido extremamente dramático na medida em que trouxe no seu bojo a perda das colônias.

A emancipação colonial, no processo de crise do Antigo Regime e de construção do Novo, prejudicou significativamente a configuração de Portugal e Espanha como nações modernas no mundo do capitalismo livre-cambista. E é exatamente a perda do Império colonial o principal conteúdo dos debates que mobilizam os homens de cultura dos dois países peninsulares no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX.

Em Portugal, Antero de Quental, assim como Alexandre Herculano anos antes, e António Sérgio mais tarde, reflete sobre a decadência da nação. Antero afirmava que “*a decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*” era “*um dos fatos mais incontestáveis, mais evidentes*” da História de Portugal e que exigia “*diante do espírito de verdade, o acto de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar*”.<sup>3</sup> Nessa lógica, na qual “*os descobrimentos são vistos como o grande momento de apogeu da história nacional*”<sup>4</sup> e os três séculos seguintes (XVII, XVIII e XIX) como tempo de uma longa e ininterrupta decadência, a solução seria a regeneração da nação ancorada nos princípios que a haviam levado à preponderância mundial na época dos descobrimentos marítimos.

Na Espanha, no mesmo sentido, o século XIX pode ser considerado o século da desorientação e da indefinição política. A invasão francesa subverteu a ordem nos dois países peninsulares: a ausência do Rei, figura que guardava em si os princípios estamentais e absolutistas nos quais se fundavam as duas sociedades, colocava na ordem do dia a possibilidade de encaminhar um processo constituinte que fundasse novas bases para uma nova sociedade. Nos dois países, também, pode-se afirmar que as tintas da desorientação ganharam coloridos mais fortes na medida em que a definição do Portugal e da Espanha que deveriam substituir o Antigo Regime tinha que enfrentar uma questão fundamental na

---

<sup>3</sup> Antero de QUENTAL, *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa, Ulmeiro, 1987, p. 11-12. Trata-se do discurso proferido pelo autor no Programa das Conferências Democráticas do Casino de Lisboa em 27 de maio de 1871.

<sup>4</sup> Fernando CATROGA, “Romantismo, Literatura e História”, In: José MATTOSO (org.) *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1990, p. 470.

península: como substituir os fundamentos coloniais do Estado imperial construído nos dois países no início da modernidade?

Para Espanha, como para Portugal, as colônias ocupavam lugar primordial na organização da economia. A perda da maior parte delas em 1824, e das últimas que restavam (Filipinas, Cuba e Costa Rica) em 1898, configurou forte desorientação no campo econômico e conformaram anos de inflexão do debate dos homens de cultura. O Estado perdeu poder de arrecadação e, conseqüentemente, de realizar investimentos, fundamentais numa época em que o Estado deveria assumir a frente do processo de modernização possível para enfrentar a concorrência das nações livre-cambistas. As colônias significavam não apenas mercado consumidor garantido para os produtos metropolitanos, mas fornecimento de metal para cunhar moedas, de produtos para reexportação e de produtos importantes para produção artesanal e industrial de Catalunha, Sevilha e Córdoba.<sup>5</sup> A unidade da Espanha do Antigo Regime, seus fundamentos sócio-econômicos e a legitimidade do seu governo, pode-se afirmar, ancoravam-se na presença e preservação das colônias.

É essa legitimidade garantida pela presença das colônias na vida e no imaginário dos espanhóis que permite afirmar, também, certa continuidade entre os períodos revolucionários (como 1808-14 e 1868-74) e os períodos conservadores (como a Restauração de 1874) do século XIX espanhol. Os elementos característicos do Antigo Regime parecem cobrar sempre o seu lugar nas novas configurações sociais e políticas que vieram após o Antigo Regime. A Restauração de 1874, por exemplo, ao estabelecer o “turnismo político” entre os liberais de Sagasta e os conservadores de Cánovas, embora tenha inspiração inglesa, não fez mais do que manter a unidade em torno do mito da nação imperial e colonialista que é conduzida pelo Rei – visto este como pacificador após os conflitos da virada dos anos 60 para os 70 no XIX. Os “foralismos” conformam outro grave problema para o qual os sucessivos governos não conseguiram encontrar solução que

---

<sup>5</sup> Luis González ANTÓN, *Espana y las Espanas*, Madri, Alianza Editorial, 1997. Neste livro Antón procura mostrar a inserção da Espanha e dos seus problemas internos ligados às suas regiões históricas no “desarrollo general del Occidente europeo”, fato que nos permite afirmar o desenvolvimento dependente do capitalismo espanhol no XIX em função da nova organização livre-cambista do capitalismo. Miguel ARTOLA, no texto *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*, Madri, Alianza Editorial, 1977, p. 118-127, observa as alterações de preço e comércio externo na Espanha e aponta a já evidente dependência. Nos dois textos a perda das colônias transparece como fundamental para compreender as dificuldades de construção de uma nova ordem na Espanha.

permitisse alavancar a produção rural espanhola aos níveis das nações capitalistas adiantadas do XIX.

Na Espanha, como em Portugal, esse “pano de fundo” da presença do mundo colonial que parecia compor a história moderna dos países peninsulares, marcava a leitura das elites intelectuais sobre as características do Império construído e da nação mesma. A presença das colônias conferira, em certa medida, unidade aos Estados peninsulares no que diz respeito à legitimidade do Estado e à organização da sociedade até os primeiros anos do XIX, mas a continuidade dos impérios exigia operar a passagem do estágio pré-industrial para o capitalismo livre-cambista: uma nova configuração de Estado de base liberal, capaz de alçar Portugal e Espanha ao nível de nações de capitalismo mais avançado. Mas exatamente aqui a perda das colônias cobrava seu lugar central na organização da economia e da sociedade dos países peninsulares. Para os intelectuais em pauta, observar o império e as conseqüências de sua perda era fundamental para operar a passagem do Antigo para o Novo Regime. Assim, embora nem sempre tivessem clareza acerca dos elementos do passado que insistiam em permanecer após a queda do Antigo Regime, apontaram nos seus discursos a inequívoca centralidade do império na organização da vida política, social, econômica e cultural dos países peninsulares.

Num interessante ensaio sobre as relações entre nacionalismo liberal e identidade nacional na Espanha, Inman Fox<sup>6</sup> afirma que a identidade nacional espanhola nasceu junto com o Estado de corte liberal, construído ao longo do século XIX. Nesse sentido, a identidade nacional forjou-se na tradição da historiografia liberal, que acreditava poder definir a nação na história, na lógica das suas tradições, e não na lógica das rupturas tão em voga naqueles conturbados anos oitocentos. Esses trouxeram do século XVIII as propostas de ruptura com o passado por meio de revoluções, como a de 1789, e gestavam as propostas de ruptura influenciadas pelo crescimento dos movimentos socialistas na Europa.

No diagnóstico de Cánovas del Castillo, arquiteto da Restauração de 1874 que pretendeu, por meio do turno organizado entre liberais e conservadores, garantir a “*estabilidad constitucional*”, “*la decadência de Espana se debía, entonces, precisamente al hecho de que los Reyes Católicos nunca lograron la unificación y centralización de Espana com un derecho común y unas Cortes nacionales – es decir, com una espécie de*

---

<sup>6</sup> Inman FOX, *La invención de Espana*, Madri, Ediciones Cátedra, 1997.

*Carta Magna --, ni lograron salvar la distancia entre la nobleza y el pueblo suficientemente para permitir su continuidad como poder de primer rango*".<sup>7</sup>

De fato, a manutenção dos foralismos de origem medieval trouxe para o seio da modernidade espanhola um entrave para uma verdadeira unificação fiscal e monetária e marcou a dificuldade em se constituir uma classe nacional verdadeiramente hegemônica que pudesse ser a vanguarda de qualquer processo de desenvolvimento projetado pelo Estado ou pela dita classe hegemônica: permaneceram os interesses econômicos e sociais de corte regional em detrimento de um projeto nacional. Mas ao tentar superar os males do diagnóstico apresentado, Cánovas não fez mais do que institucionalizar tais regionalismos. Observem-se, para confirmar, o retorno do voto censitário e o controle pelas elites locais sobre os excludentes processos eleitorais que marcaram boa parte do período restauracionista projetado por Cánovas.

Interessante observar que a manutenção dos particularismos históricos e regionais era feita, no mais das vezes, em nome do liberalismo, já que *“os tradicionalismos de origem medieval eram, muitas vezes, confundidos com exercício precoce do liberalismo”* não apenas na Espanha, mas em Portugal também. *“A decadência percebida na perda do império colonial era apontada como resultado do descumprimento de tais ‘leis liberais’ que conferiam autonomia”* às províncias da península.<sup>8</sup> Daqui se pode compreender como a desorientação do século XIX tinha fundamentos no *“patente confusionismo ideológico”*<sup>9</sup> no qual movimentavam-se liberais, tradicionalistas, republicanos e, muitas vezes, socialistas e anarquistas, e que marcou os debates das gerações de intelectuais do início do século XX na Península Ibérica – todas sempre em busca da definição da nação diante da perda do império colonial para propor, ora sua regeneração, como queriam Antero<sup>10</sup> em Portugal e Joaquín Costa<sup>11</sup> na Espanha, ora a sua vertebração, como sonhava Ortega<sup>12</sup> para

---

<sup>7</sup> Inman FOX, ob. cit., p. 42.

<sup>8</sup> Ana Lúcia Nemi MARTINS, *Espanha e Brasil: o ocidente possível no pensamento de Almir de Andrade e José Ortega y Gasset*, IFCH-UNICAMP, Doutorado, p. 114-115.

<sup>9</sup> Luis González ANTÓN, ob. cit., p. 429.

<sup>10</sup> Antero de QUENTAL, ob. cit.

<sup>11</sup> Joaquín COSTA, *Reconstitución y europeización de España*. Madri: 1900.

<sup>12</sup> José ORTEGA Y GASSET, “Espana Invertebrada”, In: *Obras Completas*, tomo III, Madri, Revista de Occidente, 1952.

Espanha, ou até mesmo uma nova União Ibérica como condição de regeneração, como propunha António Sardinha<sup>13</sup> para a península.

No âmago dessa “confusão ideológica” acima esboçada encontravam-se os interesses das classes sociais que se redefiniam e reorganizavam e as interpretações possíveis acerca da construção e da perda do império colonial. Aos intelectuais caberia responder à questão fundamental colocada pelas rebeliões do XIX que invadiram o século XX exigindo direitos políticos e trabalhistas: qual nação deveria emergir do âmago da decadência percebida e da crise do Antigo Regime?

### **O Brasil e as marcas da escravidão**

No caso brasileiro poderíamos afirmar que o ano de inflexão dos debates intelectuais seria o de 1930 quando, após a revolução, criaram-se condições para a radicalização e, paradoxalmente, a institucionalização de um fecundo debate intelectual:

*"Talvez essa radicalização ainda tenha sido mais nítida num certo sentido próprio daquela fase, que consistia em procurar uma atitude de análise e crítica em face do que se chamava incansavelmente de 'realidade brasileira' (um dos conceitos-chave do momento). Ela se encarnou nos estudos brasileiros de história, política, sociologia, antropologia, que tiveram incremento notável, refletido nas coleções dedicadas a eles. (...) Deixando de lado o cunho mais conservador de algumas dessas coleções e de obras isoladas, digamos que a radicalização propriamente dita, crítica e 'progressista', teve como traços mais salientes, além da 'consciência social', a ânsia de reinterpretar o passado nacional, o interesse pelos estudos do negro e o empenho em explicar os fatos políticos do momento."*<sup>14</sup>

Mas é o próprio Antônio Cândido quem alerta para a existência de um debate anterior, nas duas primeiras décadas do século<sup>15</sup>, os anos 30 teriam sido os de institucionalização de um debate cuja origem encontrava-se nas décadas anteriores.

Não temos, então, os anos 30 como os anos de inflexão que teriam provocado o debate mais urgente. Vamos arriscar outro caminho: era a escravidão que conferia unidade e uniformidade ao nacional no Brasil, era ela a base sobre a qual fundara-se a nação, é a percepção da possibilidade da sua ausência, especialmente depois das pressões inglesas que

<sup>13</sup> António SARDINHA, *Á lareira de Castela*, Lisboa, Edições Gama, 1953.

<sup>14</sup> Antonio CANDIDO, “A revolução de 30 e a cultura”, In: *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, n. 4, Abril de 1984, p. 32.

<sup>15</sup> IDEM, p. 33.

redundaram na abolição do tráfico em 1850, que deixou claro o futuro fim da escravidão e tornou urgente o debate em torno da questão sobre os fundamentos sociais e políticos da nação. Os anos de inflexão seriam, nesta lógica, aqueles que se localizam em torno do ano de 1888 quando, definitivamente, não era mais possível manter o fundamento da escravidão como definidor da nação, ou ainda, quando não era mais possível negar que este havia sido um dos fundamentos do Brasil como nação.

Mas se os anos 30 não são os da inflexão sociopolítica que promove ou acelera o debate, eles são, sem dúvida, os anos em que a produção intelectual parece apontar para um caminho de debate mais claro sobre as origens dos males nacionais. Há no Brasil como que um descolamento entre os anos da percepção do problema, localizados em torno da abolição dos escravos, e os anos de sua análise mais profícua, exatamente os anos 30. Enquanto na Espanha o tema da "formação" da nação desenvolvera-se no século XIX sem a profundidade e a urgência de interferência pública que os anos em torno de 1898 exigiram, no Brasil os anos em que o problema tornara-se urgente não chegaram à formulação intelectual da questão em torno do tema da "formação" da nação. A partir dos anos 30 os textos de análise do "problema nacional" passam a refletir o incômodo com "ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de formação"<sup>16</sup> e compõem, dessa forma, os elementos de uma "experiência intelectual básica" que poderíamos assim resumir:

*"(...) na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele corpus de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução."*<sup>17</sup>

A conclusão ancora-se nos estudos em torno da obra de Antônio Candido para quem o sistema literário constitui-se progressivamente "composto de autores, obras e públicos interligados, idealmente na escala própria da nação, a qual também vai se constituindo no processo."<sup>18</sup> Balizada por influxos internos e externos, a formação nacional brasileira

<sup>16</sup> Paulo ARANTES e Otília ARANTES, *Sentido da formação*, R. J.: Paz e Terra, 1997, p.11.

<sup>17</sup> IDEM, p. 11-12. O autor está se referindo, especialmente, aos textos de Caio Prado Jr., Antônio Candido, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

<sup>18</sup> R. SCHWARZ, *Seqüências brasileiras*, S. P.: Cia das Letras, 1999, p. 53.

compõe-se de impulsos locais e universais que se articulam num todo irresoluto. O “Brasil” surgiu no contexto da expansão europeia dos séculos XV, XVI e XVII, sua formação tem por pressuposto a organização do mundo que se convencionou chamar de moderno. O estudo clássico de Antônio Candido<sup>19</sup> aponta para a conclusão de um sistema literário que se formara às expensas da nação inconclusa. A experiência intelectual brasileira desenvolve-se em meio a esta dialética entre o universal e o local onde forma-se o texto literário mas não se completa a nação. O que é ambíguo no processo formativo nacional, aquela dialética entre o universal e o local, é elemento formativo da experiência intelectual. Formada sob o signo da ambigüidade, a nação acaba por definir uma experiência intelectual que se forma em articulação com a nação que não se forma. Assim, num solo caracterizado pelo atraso em relação ao mundo moderno e ocidental que lhe teria dado origem, desenvolve-se uma experiência intelectual singular, marcada pelo sentimento do diálogo com a nação que aparece como enigma a ser decifrado. Este o elemento comum entre as experiências intelectuais do Brasil e da Espanha do início do século XX. O intelectual brasileiro marcado pelo sentimento de diálogo com a nação inconclusa, posto que ela se formara no mundo moderno dos cidadãos mas fundara-se na escravidão. O intelectual espanhol marcado pelo sentimento da nação que também se formara no mundo moderno dos cidadãos mas que se esfacelava diante da extensão da cidadania aos povos que haviam sido por ela submetidos quando de sua formação como nação no século XV.

Experiências de atraso que são diferentes, experiências intelectuais cujas marcas são diversas, também não há dúvida, como apontou Wallerstein, mas um importante e fundamental elemento em comum: era preciso conviver com o atraso assim como era necessário propor sua superação. Se a formação das duas nações fora marcada pela inserção no mercado mundial criado pela expansão mercantil da época moderna, era urgente verificar os termos da organização das duas nações diante deste mundo dito moderno e delas próprias. A conclusão apresentava-se, aos olhos dos intelectuais de ambos os países nas três primeiras décadas do século XX, sombria: o Brasil aparecia como nação que não se completara e a Espanha como nação que se esfacelava sem ter definido suas bases sociopolíticas. Nos anos 30, essa percepção marcou o texto dos dois autores que estudamos aqui.

---

<sup>19</sup> A. CANDIDO, *Formação da Literatura Brasileira*, B. H.: Itatiaia, 1997, 2 volumes.

Muito se tem discutido sobre a especificidade do nosso atraso pelo fato do país ter se constituído sob a égide da dependência externa e sua organização social ter por base uma “tradição” escravocrata que durou três séculos. Os conteúdos básicos da constituição do Estado nacional no Brasil seriam, exatamente, os reflexos presentes na economia da dependência do mercado externo, em função da manutenção do modelo agrário e exportador herdado do período colonial, e a presença do elemento escravo como definidor das relações sociais e políticas. Diante de tal situação os termos do binômio igualdade e liberdade encontram-se totalmente invertidos: não é possível uma igualdade e uma liberdade que atendam apenas a uma parte da população enquanto à outra parte nega-se qualquer possibilidade de exercício do livre arbítrio. A Abolição dos escravos, embora nominalmente tenha significado a suspensão desta dicotomia entre homens com capacidade para serem cidadãos e homens incapacitados para tanto, acabou relegando os ex-escravos à condição de cidadãos impossíveis, especialmente depois que a República definiu como critério para o exercício do voto a alfabetização. Cabe lembrar, para corroborar a autora que, ao final do século XIX, 84% da população brasileira era analfabeta.

Além disso, o tecido social brasileiro possuía recortes que apontavam para uma grave situação fundiária onde trabalhadores rurais não encontravam meios de sobreviver em suas pequenas propriedades devido ao poder do latifúndio. A lei das Terras de 1850, anterior ainda à Abolição, acabou por radicalizar o problema quando definiu que a posse da terra só se efetivaria pela compra, o que aumentou o poder de domínio dos grandes fazendeiros, diminuiu as possibilidades de acesso à terra para os que não a tinham e dificultou a manutenção da terra para os camponeses que já eram proprietários. As camadas urbanas, por sua vez, não se mostravam capazes de exercer qualquer hegemonia no plano político, incluídos aí os diversos setores da burguesia nacional.

Neste contexto, o liberalismo, argumento político ao qual recorriam muitos intelectuais como instrumental básico de sua análise, e conteúdo dos debates sobre a modernização possível, não pôde ser conteúdo efetivo para a formação do Estado nacional no Brasil, embora também nunca tenha deixado de ser invocado como elemento de definição das leis e dos acordos entre as elites e, mesmo, como argumento da própria elite quando interessada em cooptar os setores populares. Falava-se em igualdade e em exercício da cidadania, argumentos trazidos para o centro das discussões que norteavam a definição

do governo após a proclamação da República, mas definia-se um “certo federalismo” que aumentava o controle dos coronéis sobre seus estados de origem e garantia a permanência do clientelismo nas regras do jogo político regional que se articulava, desta forma, em âmbito nacional. As mesmas elites que definiram os termos da Independência dependente, definiram os termos da República excludente repondo-se no poder por meio de alianças. Claro que a elite pernambucana, cuja principal característica era bater-se contra sua própria decadência desde o século XVIII, não pode ser completamente igualada à elite paulista, em ascensão econômica desde o XIX e voltada para a vida urbana, ou à elite do Rio Grande do Sul, em busca de projeção no cenário nacional. Mas as regras de composição e reposição do poder utilizadas para alijar as massas foram sempre as mesmas para qualquer destas elites: ao povo caberia, sempre e somente, o lugar de público.<sup>20</sup> As decisões seriam, sempre e somente, comunicadas ao público pelos governantes. A modernização do país, a elaboração de um projeto de industrialização e a composição de um regime político dentro dos princípios liberais, se tal fosse possível, seria, então, um projeto das elites.

A incipiente burguesia nacional pôde, assim, dispensar os princípios liberais e democráticos no momento de efetivar-se no poder e organizar o processo de modernização do país dividindo suas “responsabilidades” com as chamadas elites tradicionais, mas é necessário considerar uma importante questão: o que caracteriza as sociedades em atraso em busca da modernização é a composição híbrida dos conteúdos desta mesma modernização; esta a semelhança que podemos notar em processos históricos de sociedades ditas atrasadas. A herança escravocrata – no caso brasileiro --, e a herança do imaginário de conquistas do século XVI – no caso espanhol --, e ainda a herança medieval -- no caso alemão --, se quisermos estender o argumento, podem ser consideradas como elementos que exerceram o mesmo papel em suas respectivas sociedades, a saber, o papel de forçar a existência de uma continuidade entre o antigo e o novo na constituição do moderno. Os resultados finais desses três processos de modernização tardia são, evidentemente, bastante diferenciados, mas conservam um importante e incômodo fundamento comum: os princípios democráticos de participação popular na gestão dos poderes públicos foram flagrantemente desprezados. Espanha e Brasil entraram, a partir da segunda metade da década de 30, em longos períodos de ditadura, enquanto a Alemanha assistiu à chegada ao

---

<sup>20</sup> Reproduzimos o termo de Lima Barreto.

domínio dos poderes públicos da “serpente” nazista gestada durante toda a República de Weimer.

O liberalismo, enquanto conteúdo possível da modernização, era, sim, uma idéia fora de lugar, pois não foi concebido pelas classes sociais que aqui foram engendradas no processo de constituição do Estado nacional, sua origem reporta-se ao processo de constituição do mundo capitalista ocidental. Mas, também, considerando-se a inserção, mesmo que forçada pelo passado colonial, do Brasil no mundo capitalista, o liberalismo pode encontrar lugar em solo tupiniquim. Nesta lógica, a idéia liberal poderia estar e não estar fora do lugar ao mesmo tempo. Assim, o liberalismo, e especialmente as possibilidades de modernização, “giravam em falso” em solo nacional conforme afirmou Paulo Arantes: deles esperava-se a redenção do passado escravocrata, neles buscavam-se os argumentos que justificariam as movimentações políticas de 1930, mas deles escaparam os sujeitos políticos que deveriam “criar” o Estado nacional brasileiro após 30.

É nesse terreno de concepção ambígua de projetos políticos nos anos 20 e 30 deste século que se localizam os intelectuais interessados em apontar o caminho para a modernização. A ausência de classes sociais definidas nos termos que o mundo capitalista havia engendrado na Europa ocidental e na América do norte, colocou, no primeiro plano da argumentação sobre como organizar um Estado numa sociedade de herança colonial ibérica, a divisão social entre massas e elites, a possibilidade de uma “revolução passiva pelo alto” e a concepção da democracia apenas pelo viés culturalista, temas também desenvolvidos em outro país dito atrasado, a Espanha, e especialmente pelo principal intelectual espanhol do período, Ortega y Gasset.

No Brasil e na Espanha esses são anos de intenso trabalho intelectual. A dificuldade em definir os conteúdos da modernização possível para a “língua nacional” expressa-se nos vários usos e leituras que os termos liberalismo e democracia adquiriram nos dois países e movimenta a idéia da ocidentalidade possível ou não nestes países. No Brasil podemos citar Oliveira Vianna, para quem as dificuldades de organizar um Estado liberal eram prova cabal da sua ineficácia para solucionar os problemas gerados pela modernização do país, o que, segundo o autor, apontava a necessidade de uma solução de Estado autoritário. Já em Tavares Bastos, a versão americana do liberalismo era o modelo necessário a ser seguido. E em Joaquim Nabuco o liberalismo foi forte argumento de propaganda contra a instituição

escravocrata, mas não foi suficiente para afastar o autor dos acordos com as elites dirigentes mesmo após a proclamação da República contra a qual tanto se bateu. Tais interpretações do Brasil, ao nosso ver, refletem a inconsistência dos projetos políticos que se colocaram para o país na virada do século e demonstram a ausência de classes sociais definidas nos termos do discurso proferido pelos mesmos projetos.

Na Espanha podemos lembrar os esforços da Liga de Educación Política fundada e liderada por Ortega e por intelectuais liberais interessados em regenerar o país por meio da atuação política dos seus associados, cuja função principal deveria ser indicar os caminhos da modernização espanhola.

Aos intelectuais, nos dois casos citados, e os dois autores que estudamos acreditaram, naqueles anos 30, poder cumprir tal missão, caberia cobrir a lacuna que a ausência de classes sociais definidas nos termos em que a modernização ocidental e capitalista havia produzido deixara. Seria mesmo possível suprir aquela lacuna entre a sociedade civil e a sociedade política por meio desta “missão intelectual”? Lembraríamos, nesta introdução, dois escritores, um brasileiro e outro espanhol, cujos modos de pensar e compreender o mundo podem indicar um caminho para esta tese:

“Com efeito, um dia de manhã, estando a passear na chácara, pendurou-se-me uma idéia no trapézio que eu tinha no cérebro. Uma vez pendurada, entrou a bracejar, a pernear, a fazer as mais arrojadas cabriolas de volatim, que é possível crer. Eu deixei-me estar a contemplá-la. Súbito, deu um grande salto, estendeu os braços e as pernas, até tomar a forma de um X: decifra-me ou devoro-te.

Essa idéia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade.” (*ASSIS, 1998: 13*)

“Pero yo me aferro a la cuestión. Ya, a fines del siglo antepasado, Nicolás Masson de Morvilliers hacía estas preguntas en su Encyclopedie methodique: ‘Qué se le debe a España? Qué há hecho España por Europa desde hace dos, cuatro, seis siglos? Eso digo yo. Qué há hecho España? Qué há producido España?’

-- Pues si le parece usted poco... – murmuró Guzmán com sordo fastidio.

-- Poco? Nada! Qué es lo que há producido? Sepámoslo.

-- Troteras y Danzaderas, amigo mío; Troteras y Danzaderas.” (*PÉREZ DE AYALA, 1991:422-23*)

Nesta "novela intelectual" intitulada *Troteras y Danzaderas*, Ramón Pérez de Ayala retrata o ambiente intelectual de Madri no início do século XX e transforma em personagens fictícios, intelectuais com os quais conviveu neste período. É possível encontrar, segundo estudo de Andrés Amorós, Ortega y Gasset no personagem *Antón Tejero*, Benavente no personagem *Bobadilla*, Valle Inclán no personagem *Monte Valdés*, Maeztú no personagem *Mazorral*, entre outros. São elementos da novela o sentimento da decadência espanhola e seu distanciamento da produção intelectual europeia, a descrença nas possibilidades do individualismo numa nação que fracassara na definição dela mesma enquanto Estado-nação, a relação de determinação recíproca entre o universal e o nacional e, ainda, e especialmente, a atuação dos intelectuais no sentido da modernização do país.

Mas note-se o paradoxo: uma novela que se pretende intelectual por retratar exatamente o ambiente em que se davam os debates sobre a constituição e os rumos da nação espanhola, termina por parafrasear a Enciclopédia quando esta afirma que a Espanha não legara nada à humanidade, mostrando que o país não poderia ter legado mais do que o que tinha de melhor: *troteras y danzaderas*. O texto de Ayala aponta para a impossibilidade dos intelectuais assumirem a missão de redimir a nação e o faz "reproduzindo" parte do debate realizado pelos intelectuais para gerir o país. Poderíamos afirmar que o texto antecipa a derrota dos intelectuais que imaginaram ter chegado ao poder em 1931 quando ajudaram a fundar a Segunda República espanhola.

Na mesma direção, acreditamos, encontra-se o romance citado de Machado de Assis. Brás Cubas parece indicar uma grande solução quando, subitamente, o clima se desfaz e o personagem diz que inventou um emplasto hipocondríaco que irá redimir a humanidade de seus males. Novamente, aqui, poderíamos concluir: em solo nacional não produzimos mais do que emplastos que, ao final, talvez não passem de troteras.

Nos dois casos, parece-nos, encontra-se a metáfora do papel das idéias na composição e criação da nação em países marcados pelo atraso: engendramos a diferença que caracteriza as periferias mas fomos criados na lógica do sistema que a tudo e a todos engloba, usamos idéias do centro do sistema para explicar a especificidade da periferia que, ao final, é parte do todo e não apenas periferia. Nossa racionalidade, se a temos, não pode produzir mais do que *emplastos* e *troteras*. Talvez por isso, aos intelectuais não tenha

restado mais do que a percepção das ambigüidades sociais e políticas que podemos metaforar em *emplastos* ou *troteras*.